



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS**

JUSSANDRO RODRIGUES NUNES LOPES

**PARTICIPAÇÃO, CONVIVÊNCIA SOCIAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E
RENDA: O TRABALHO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA
VIDA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA**

**ARAGUAÍNA
2016**

JUSSANDRO RODRIGUES NUNES LOPES

**PARTICIPAÇÃO, CONVIVÊNCIA SOCIAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E
RENDA: O TRABALHO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA
VIDA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a Msc. Angelita de Oliveira Almeida

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Angelita de Oliveira Almeida (Orientador)

Prof.º Paulo Augusto Mendes

Prof.º Rumeninng Abrantes dos Santos

RESUMO: O objetivo deste trabalho é verificar se os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida das Unidades Habitacionais do setor Costa Esmeralda I, II, III e IV, do município de Araguaína/TO, foram favorecidos com as ações/atividades do Manual de Instruções do Trabalho Social, que foi promulgado pela Portaria Federal nº 21, que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa executado pelo governo federal, desenvolvido em parceria com os estados e municípios para população de baixa renda, tendo por objetivo financiar e subsidiar o financiamento da aquisição de imóveis novos para a população urbana ou rural e o financiamento para reforma/ampliação de imóveis usados para a população rural. Integra-se a este Programa um conjunto de atividades sociais, denominado de trabalho social, que deve ser colocado em prática pelo município para os beneficiados do Programa. Estas atividades são direcionadas para o convívio social, relacionamento interpessoal, meio ambiente e saneamento básico nas Unidades Habitacionais, bem como ações relacionadas para a formação profissional destes, tendo por objetivo gerar trabalho e renda.

Palavras-chave: Convivência. Geração de Trabalho e Renda. Programa Minha Casa Minha Vida. Trabalho Social.

ABSTRACT: The objective of this work is to verify that the beneficiaries of the my home, my life of Housing Units industry Costa Esmeralda I, II, III and IV, the municipality of Araguaína / TO, were favored with the actions / activities of the Working Instruction Manual social, which was promulgated by the Federal Ordinance No. 21, which is part of the Minha Casa Minha Vida. The Minha Casa Minha Vida is a program run by the federal government, developed in partnership with the states and municipalities for low-income population, aiming to finance and subsidize the financing of the acquisition of new property for urban or rural population and funding for renovation / expansion of buildings used for the rural population. Integrates this program a number of social activities, called social work, which should be put in place by the municipality to the beneficiaries of the program. These activities are directed to social interaction, interpersonal relationships, environment and sanitation in housing units, as well as actions related to the training of these, aiming to generate jobs and income.

Keywords: Living. Generation of Work and Income. My Home My Life Program. Social Work.

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo verificar se os moradores do empreendimento Costa Esmeralda I, II, III e IV do município de Araguaína, foram beneficiados com as ações/atividades da Portaria de nº 21 do Ministério das Cidades, no que diz respeito ao Manual de Instruções do Trabalho Social dentro nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Convém ressaltar que a elaboração deste estudo se justifica como pré-requisito do trabalho de conclusão de curso e para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de

Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins. O interesse por este estudo, se justifica também, em função da minha atuação profissional com estas questões no mercado de trabalho.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado uma pesquisa documental com base nas portarias, decretos leis, do Programa Minha Casa Minha Vida, de modo que estes constituem como base nacional da política e diretrizes que fazem parte do Programa, bem como uma pesquisa nos relatórios que compõem informações sobre o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida no município de Araguaína. E ainda, tendo por objetivo constatar a realização ou não das atividades do trabalho social que compõem o Programa Minha Casa Minha Vida, foi realizado uma pesquisa de campo, do qual buscou-se constatar de acordo com os discursos dos beneficiados do Programa se tais atividades foram ou não desenvolvidas com eles, qual a importância destas ações para a comunidade e o impacto que teriam para suas vidas pessoais e profissionais.

Para atender o objetivo proposto, o artigo estará dividido em sete seções, a saber: 1- Introdução; 2- O Programa Minha Casa Minha Vida, tendo por objetivo contextualizar as características legais e estruturais do Programa; 3 - O Trabalho Social no Programa Minha casa minha vida, no qual foi demonstrado a base legal para o desenvolvimento deste trabalho social, quais são as ações sociais e qual o objetivo destas para a comunidade; 4- O Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Araguaína, neste item foi discutido acerca do desenvolvimento do Programa no município de Araguaína, estado do Tocantins; 5- Metodologia, foi relatado sobre o procedimento metodológico para a realização deste estudo; 6- Apresentação dos dados e Análise das entrevistas, nesta parte foram apresentados e analisados os dados obtidos com a pesquisa de campo; 7- Considerações Finais.

2. O Programa Minha Casa Minha Vida

A Constituição Federal (1988) considera a habitação um direito do cidadão. Assim, a Política Nacional de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo para a inclusão social deste segmento. Sobre este assunto, a Constituição Federal de 1988 nos mostra que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, art. 6º, 1988).

Desse modo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que foi criado e promulgado pelo Governo Federal no mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, através da Lei nº 11.977 de 2009, vai de encontro com o estabelecido pela referida constituição. Este Programa é fruto do diálogo entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e entidades representativas da luta pela moradia, tais como: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

O programa teve como base para sua construção a Política Nacional de Habitação que foi instituída pelo Ministério das Cidades, a qual estabeleceu os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários e dispôs sobre os parâmetros de priorização e processo de seleção para os possíveis contemplados para a aquisição da moradia.

Em janeiro do ano de 2014, através da Portaria nº 21, foi aprovado o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações, do Ministério das Cidades, no qual estão contempladas ações e diretrizes para a execução do PMCMV. De acordo com o capítulo I, inciso II, este Manual tem por objetivo geral “promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, 2014, p. 5). Por trabalho social, compreende-se

[...] um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

Assim, entende-se que o trabalho social deve primar também pela ampliação dos espaços de participação coletiva, a fim de favorecer o desenvolvimento do potencial comunitário, ou seja, sua inserção autônoma e consciente aos espaços da cidade, reforçando os laços já existentes, descobrindo e revelando novos (BRASL, 2014)

A questão da participação e inserção social das famílias beneficiadas do PMCMV e da melhoria da qualidade em articulação com as políticas públicas do governo, está relacionada a processos de participação destes sujeitos nas esferas da sociedade civil organizada, bem como a participação em processos de formação e capacitação profissional, visando a inclusão produtiva destes indivíduos na sociedade, tendo por objetivo a geração de trabalho e renda, conforme demonstrado abaixo:

Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda (BRASIL, 2014, p. 5).

Compreende-se que estas ações de cunho formativo têm o intuito de garantir que os membros das famílias que se beneficiam com o Programa tenham a oportunidade de adquirir uma determinada profissão proporcionada pelo Estado, através das políticas públicas dos programas e projetos de formação profissional, já que a questão do trabalho tem por significado levar ao pertencimento social.

Convém destacar que o Programa Minha Casa Minha Vida abarca dois níveis de habitação, a urbana e a rural, e estes se estabelecem por meio de dois subprogramas dentro do PMCMV: o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (BRASIL, 2009). O PNHU tem por objetivo a aquisição de imóveis urbanos novos por famílias que se enquadram em um determinado nível de renda e conta com subsídios financeiros do governo, o que varia de acordo com o valor da renda bruta. Já o PNHR tem por finalidade possibilitar ao agricultor rural, trabalhador rural e comunidades tradicionais a construção de moradias novas na área rural ou a aquisição de material de construção para reforma/ampliação da residência já existente (BRASIL, 2013).

É um programa do governo federal, mas que é executado em parceria com os estados e municípios, já que são nestes que se localizam os beneficiados. Desse modo, o Estado é o órgão responsável por formular as políticas e as diretrizes do Programa, bem como disponibilizar o recurso financeiro imediato para a construção das residências para, posteriormente, os beneficiados irem quitando, suavemente, as prestações financeiras feitas na aquisição do imóvel. Entretanto, convém ressaltar que o governo federal oferece determinados subsídios financeiros neste investimento para as famílias, variando de acordo com o valor da renda bruta familiar (BRASL, 2014).

Como os recursos financeiros do MCMV são provenientes do orçamento do Ministério das Cidades, estes são repassados para a Caixa Econômica Federal, que é a agente operacional da execução do Programa, sendo também a responsável pela fiscalização da operacionalização da execução das obras e do Trabalho social (BRASIL, 2016). Entende-se então que as unidades da Caixa Econômica Federal, atuam diretamente com o governo municipal, tendo por objetivo a implementação do Programa e de suas ações de trabalho social para os beneficiados.

3. O Trabalho Social no Programa Minha casa minha vida

Entende-se que o Trabalho Social a ser desenvolvida com os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida será de suma importância, pois se orienta pela preocupação de oferecer à população um canal aberto para participação e discussão política e técnica como meio para o exercício da cidadania. Além disso, visa garantir as condições dignas de habitabilidade, elevação do padrão de convivência social, de relacionamento interpessoal, de integração dos beneficiários entre si e com a comunidade e a formação profissional em determinadas atividades para terem oportunidades de desenvolverem atividades no mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, gera renda para suas próprias subsistências (BRASL, 2014).

De acordo com a Portaria nº 21 de 2014, que se refere ao Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Minha Casa Minha Vida, o trabalho social a ser executado junto à comunidade tem como objetivo a criação de mecanismos que possam ser capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão em todas as etapas do projeto, através de ações socioeducativas planejadas que levem ao alcance de níveis de participação, para que a população consiga estabelecer relações de pertencimento social como sujeitos políticos e trabalhadores, apropriando-se e preservando as benfeitorias realizadas na comunidade e garantindo a sustentabilidade do empreendimento residencial coletivo.

Além destas questões, o trabalho social nos residenciais coletivos tende também a fomentar ações de apoio e fortalecimento à participação efetiva das famílias beneficiárias na implementação do projeto, de maneira que essas atividades promovam a inclusão social e produtiva, tendo em vista garantir a habitabilidade familiar e comunitária, geração de renda e, conseqüentemente, a sustentabilidade do empreendimento habitacional.

Vale ressaltar a necessidade que se tem diante do trabalho social feito no empreendimento, de maneira que os relacionamentos entre as famílias e as ações de geração de trabalho e renda possam ter resultados significativos para a vida social e profissional dos envolvidos nas atividades.

Convém destacar que as atividades relacionadas ao trabalho social desenvolvidas com as famílias beneficiadas do Programa Minha Casa Minha Vida, são atividades de cunho educativo voltadas para o desenvolvimento socioeconômico. Dentre as atividades econômicas, ou seja, aquelas que têm por objetivo gerar trabalho e, conseqüentemente, renda para os participantes, o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Minha Casa Minha Vida, destaca uma sequência de ações que devam ser priorizadas, de acordo com a regionalidade, para serem desenvolvidas. Dentre estas, destacamos as seguintes: cursos de cabeleireiro, pintura, manicure, biscuit, corte e costura, padeiro, bordado, produção de bolos/doces/biscoitos, dentre outros. Também devem ser trabalhadas ações voltadas para a

questão do associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, fazendo com que as pessoas que realizam os cursos mencionados acima, possam também saber gerir ou mesmo constituir o seu próprio negócio.

Estas formações estão relacionadas para possibilitarem que os beneficiados do PMCMV tenham uma fonte de renda advinda de seu próprio trabalho. Desse modo, contribui para o processo de crescimento pessoal e profissional das famílias que se beneficiaram com o Programa e, conseqüentemente, proporciona uma melhoria para a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos. Os conjuntos destas ações podem identificar o potencial comunitário para o desenvolvimento de trabalhos individuais ou conjuntos, no intuito de que eles possam se conscientizar e criar grupos de geração de renda auto sustentáveis.

Deste modo, observa-se a importância do trabalho social para a promoção de ações que contribuam com a equalização das dificuldades enfrentadas pelas famílias na luta efetiva pela solução dos problemas da moradia, principalmente as que se referem à participação efetiva de cada cidadão, promovendo estratégias para o desenvolvimento dos laços de vizinhança, organização comunitária e a participação política, bem como ampliação dos espaços de discussão, de socialização, possibilitando o empoderamento dos sujeitos envolvidos nesse processo de participação efetiva e a construção dos processos sociais dentro dos empreendimentos habitacionais. Essa participação é um aprendizado e é através dela que os beneficiários aprendem a conversar, a decidir e a agir coletivamente dentro do empreendimento.

O Trabalho Técnico Social, além de suas atribuições com as formações também está relacionado às possibilidades de renda, de forma que contribui para o processo de crescimento individual e para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho de cada um dos beneficiários do PMCMV. As ações desenvolvidas devem promover as pessoas a se entenderem enquanto indivíduos, valorizando o trabalho no qual o desenvolvimento das atividades vise combater a exclusão social e diminuir a desigualdade social entre eles mesmos.

4. O Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Araguaína

O município de Araguaína localiza-se na região norte do Estado do Tocantins, a 368 km da capital Palmas. De acordo com dados do IBGE (2015), o contingente populacional estimado em 2015 chega a 170.183 habitantes. A densidade demográfica era de 37,62 hab/km² considerando a população de 2010, hoje está próxima de 42,55 hab/km² – a área do município é de 4.000,416 km² (IBGE, 2015).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a criação do município se deu no ano de 1958 pela Lei Estadual nº 2.125, pois Araguaína era considerada

um distrito do município de Filadélfia (TO). A municipalização ocorreu devido ao crescimento acelerado com a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), na década de 1960.

A cidade passou a ser conhecida como a Capital do Boi Gordo, porém, atualmente, a grande força econômica não é apenas a pecuária, mas também os setores do comércio, serviços e indústria. Esta constatação se deve ao Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA), o qual possui indústrias e conta com três grandes frigoríficos de referência nacional (Bertin, Minerva e Boiforte) e um comércio forte que se destaca pela prestação de serviços.

Para Moraes (2014), o fator econômico da cidade de Araguaína, está forçosamente relacionado ao alto fluxo de pessoas e circulação de cargas, em função do município ser cortado por uma rodovia federal de grande fluxo e intensidade de veículos automotores e de ser considerado um município polo da região norte do estado, o que faz com que várias pessoas residentes em outros municípios próximos, venha utilizar os serviços e comércios que Araguaína oferece.

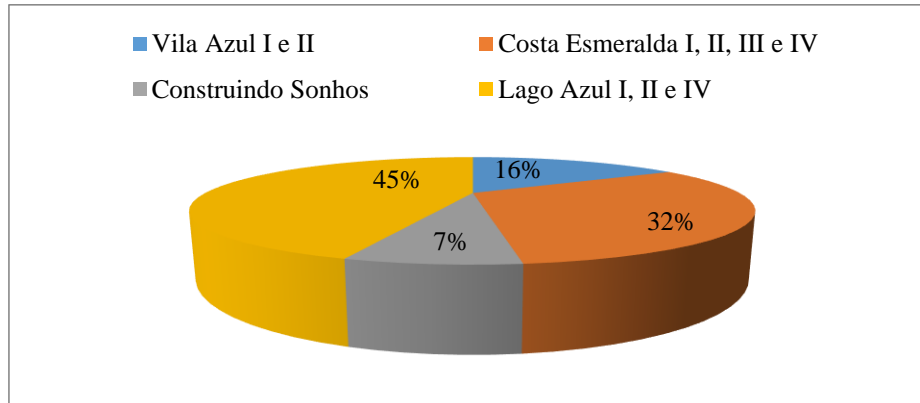
O Programa Minha Casa Minha Vida em Araguaína, teve início no período de 2009. No entanto, antes do início deste Programa Federal, o município já apresentava, na área habitacional, alguns empreendimentos habitacionais de outros programas, como: Morar Melhor, Habitação de Interesse Social, Habitar Brasil BID e outros.

Assim, em 2009, quando foi anunciada a adesão do município ao PMCMV, começou o cadastramento e houve uma grande demanda de pessoas para realizar as inscrições. Coube à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação a responsabilidade pelo Programa. A seleção foi realizada por critérios econômicos dos inscritos, além de beneficiar idosos e pessoas com deficiências (CAIXA, 2010). Foram contempladas 932 pessoas nas unidades habitacionais construídos no setor Vila Azul I e II que foram entregues no final de 2011 (CAIXA, 2009).

Em 2013, o prefeito de Araguaína pleiteou mais recursos financeiros do governo federal para finalização e construção de mais unidades habitacionais do PMCMV. Assim, em 2014, houve a entrega de 1.788 unidades habitacionais no setor Costa Esmeralda, e 416 unidades habitacionais no setor Construindo Sonhos (CAIXA, 2014).

Ainda em 2014, iniciaram obras para mais três empreendimentos habitacionais do PMCMV, a saber: setor Lago Azul, I, III, e IV com, respectivamente 1.030, 500 e 1.000 unidades habitacionais, totalizando 2.530 famílias beneficiadas (CAIXA, 2015).

Há também outras modalidades de empreendimentos do PMCMV em andamento no município, que são as casas do Associativismo, com 1.000 unidades habitacionais, Parque do Lago, com 876 unidades habitacionais e Residencial Primavera, com 1.000 unidades (SEMASTH). O gráfico 1 mostra a questão da presenças das unidades habitacionais no município de Araguaína.

Gráfico 1- Número de Famílias Beneficiadas

Fonte: Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social (SEMASTH, 2016).

5. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa documental sobre as portarias, decretos e leis que constituem a base nacional da política e diretrizes que fazem parte do Programa Minha Casa Minha Vida. Foi feita, ainda, uma pesquisa nos relatórios que compõem as informações sobre o desenvolvimento do Programa no município de Araguaína. Esta pesquisa documental foi a base que norteou todo o processo de discussão e escrita deste trabalho.

Para constatar e analisar as questões sobre o desenvolvimento do trabalho social que faz parte para os contemplados pelas unidades habitacionais, foi realizado uma pesquisa de campo nas residências dos setores Costa Esmeralda I, II, III e IV.

Segundo Gonsalves (2001):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p. 67).

E para José Filho (2006, p. 64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. Com base nos autores, entende-se que existe a necessidade de entender a realidade do contexto que se está inserido através da pesquisa, do contato direto com o objeto pesquisado, visando compreender o que está acontecendo.

Desse modo, para a pesquisa de campo foi utilizado pelo pesquisador um questionário com questões abertas e fechadas. Para a aplicação deste, o entrevistador foi conversando com os entrevistados, com base nas questões previamente elaboradas, para não correr o risco de distorção do foco da pesquisa. A pesquisa foi feita por amostragem, da qual participaram 20

beneficiados titulares de imóveis. Foram escolhidos 5 beneficiados de cada unidade residencial localizada no setor Costa Esmeralda I, II, III e IV. Para não identificar os sujeitos envolvidos na pesquisa, os mesmos serão apresentados por meio de letras do alfabeto (entrevistado A, entrevistado B etc.).

O pesquisador foi individualmente nas residências, expondo o motivo e objetivo da pesquisa, explicando sobre como seria a entrevista, que a participação dos beneficiários era voluntária e, caso concordasse em participar, o entrevistado teria sua identidade preservada. Feito isso, era assinado o Termo Consentimento Livre e Esclarecido, no qual o beneficiário consentia em participar da pesquisa.

De maneira que todos os entrevistados através da aplicação desta entrevista no empreendimento, eles estariam sendo estimulados a pensarem livremente sobre o tema a ser abordado.

Todo esse processo se dá por uma pesquisa qualitativa, embora eles saibam que estão sendo explorados enquanto indivíduos, os mesmos também estariam “fornecendo os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação no empreendimento (GASKELL, 2002).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (VERGARA, 2005).

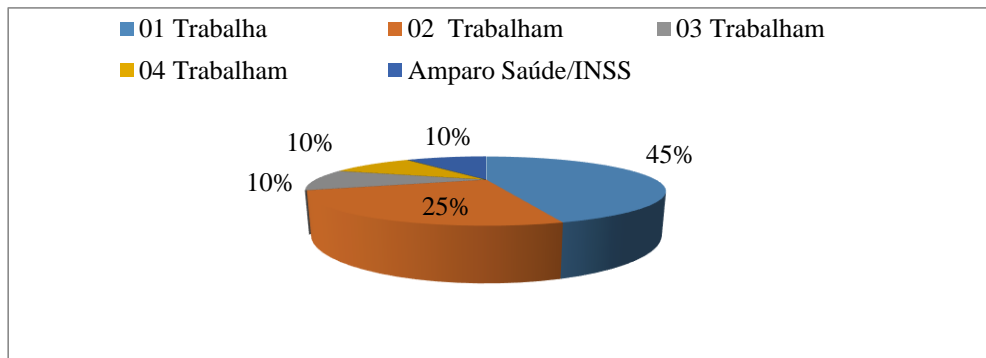
6. Apresentação dos dados e Análise das entrevistas

6.1 Quem são os beneficiados do PMCMV

De acordo com o levantamento das informações obtido com a pesquisa de campo, foi possível constatar que a média de pessoas residentes nas unidades habitacionais por residência, varia entre duas e sete pessoas. Somente em uma residência que foi constatada apenas uma pessoa morando. Cabe ressaltar que as unidades habitacionais do setor Costa Esmeralda I, II, III e IV foram entregues no ano de 2014, ou seja, as famílias já residem no setor há praticamente dois anos. Ainda segundo a amostragem, foi possível verificar que a maioria das pessoas trabalha como autônomos, ou seja, são prestadores de serviços (quando têm estes para trabalharem) e apenas uma pessoa trabalha com carteira assinada. Estes serviços se concentram na área de serviços domésticos em residências nas quais atuam como diaristas. Dos entrevistados, duas pessoas recebem auxílio doença do INSS. Desse modo, entende-se que as famílias beneficiadas não contam com uma renda fixa mensal, já que esta

varia de acordo com a quantidade de serviços prestados no mês, conforme apresentado no gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2 - Média de pessoas que trabalham nas famílias

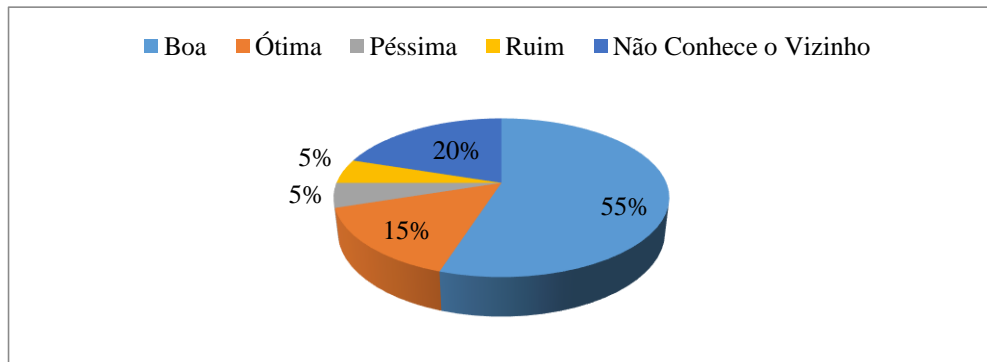


Fonte: Dados da Pesquisa

6.2 Convivência no conjunto habitacional do setor Costa Esmeralda I, II, III e IV

Outro aspecto importante que foi identificado na entrevista está relacionado à convivência entre os vizinhos, pois, de acordo com as ações que devem ser realizadas pelo trabalho social aos beneficiados do PMCMV, a realização de palestras, cursos, oficinas sobre o relacionamento interpessoal e a convivência para os moradores, tanto antes de mudarem para as residências, quanto pós-entrega do empreendimento, devem acontecer de acordo com a Portaria nº 21 de 2014, que diz respeito ao Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações. Neste, encontram-se determinadas atividades que devem ser realizadas para as famílias beneficiadas e a questão do relacionamento e convivência entre os moradores faz parte destas ações.

Assim, ao questionarmos os entrevistados sobre a realização ou não destas ações, foi unanimidade na resposta a afirmação de que nunca houve nenhuma palestra sobre convivência e relacionamento interpessoal para as famílias no empreendimento. E, quando perguntado se a convivência tida entre eles no conjunto habitacional foi identificada, 15% disseram que a convivência e o relacionamento entre eles são ótimo, 55% disseram que é boa, 20% disseram que não conhecem seu vizinho, 5% disseram ser ruim, os outros 5% disseram ser péssima, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Convivência entre vizinhos

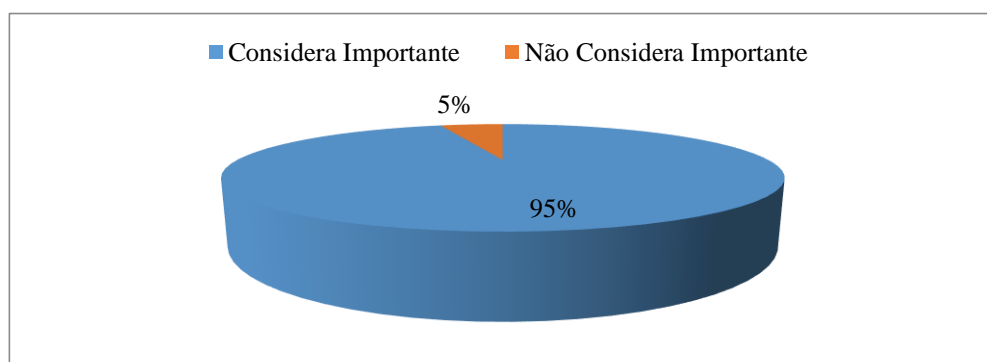
Fonte: Fonte: Dados da Pesquisa.

6.3 Atividades que envolvem geração de trabalho e renda

Com relação às atividades do trabalho social que consta também na Portaria nº 21 de 2014, que diz respeito ao Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações, os beneficiados com as unidades habitacionais devem receber formações profissionais tendo por objetivo formá-los para exercer determinadas atividades no mercado de trabalho, tais como: cursos de cabeleireiro, de pintura, de manicure, de padeiro, de biscuit, dentre outros.

Entretanto, de acordo com os 20 entrevistados nesta pesquisa, foi constatado que, até o presente momento, não foi realizada nenhuma formação com relação às ações de trabalho e renda.

Ao questionarmos se consideram importante ter estas atividades, 95% dos entrevistados disseram considerar importante ter esta formação e apenas 5% disseram não ser importante, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Importância de Geração de Renda

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda com relação a este assunto, foi questionado aos entrevistados sobre a importância de ter ações que os formem com a finalidade de contribuir para que possam ter uma oportunidade de trabalho e renda, já que a grande parte desses beneficiados com o programa não tem um trabalho fixo que os possibilite uma renda fixa. Para tanto, obtivemos as seguintes respostas:

“elas são importantes porque elas podem ocupar as pessoas, e colocá-las para trabalhar no empreendimento, que a maioria não possui veículo próprio, ou conseguem se deslocar para trabalhar em outro lugar” (Entrevistado C). “pode gerar renda para as famílias de baixa renda, e que a falta de acessibilidade nos transportes se faz importante que os cursos sejam lá” (Entrevistado Q). “podem ser uma forma de complementar minha renda” (Entrevistado J). “porque o nível de escolaridade é baixo, com os cursos poderiam trabalhar em casa e ter dinheiro” (Entrevistado F). “porque é bom desenvolver” (Entrevistado O). “pode gerar renda e conhecimento pra nós” (Entrevistado I).

Observa-se, através dos discursos manifestados acima, que os moradores das Unidades Habitacionais consideram importante terem essas atividades de formação profissional que os possibilitem gerar trabalho e renda.

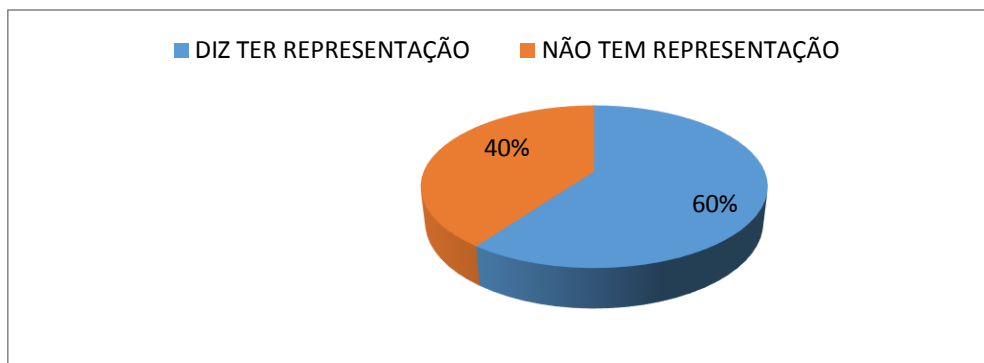
6.4 Representante do Conjunto Habitacional Costa Esmeralda

É de grande importância que o conjunto habitacional Costa Esmeralda conte com uma representação do residencial, no sentido de representar o conjunto habitacional tanto interna quanto externamente, tendo por objetivo ouvir os moradores, liderar reuniões para elaboração de regras, buscarem melhorias estruturais para os moradores, liderar uma mobilização para a constituição de uma Associação de Moradores e de representá-los politicamente.

Assim, foi questionado aos entrevistados se existe alguma Associação de Moradores no residencial e por, unanimidade, a resposta foi negativa.

Os beneficiados também foram questionados se há ou não alguma pessoa no conjunto que os representasse. 40% afirmaram que não existe representação e 60% afirmaram que existe representação, conforme o gráfico 5. Entretanto, quando foi perguntando o nome da pessoa, não souberam responder, as respostas foram essas:

“Não conheço, era uma mulher, mas ela saiu, mas pouco tempo outro se candidatou para defender nossas causas no empreendimento” (Entrevistado C). “nunca apareceu e nem fez nada” (Entrevistado O).

Gráfico 5 - Representatividade dos Moradores

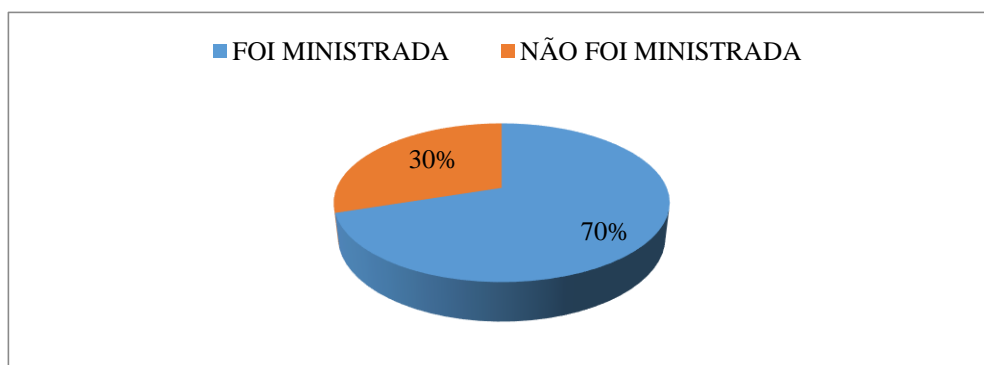
Fonte: Dados da Pesquisa

Quando questionado o porquê consideram importante ter esta representação na comunidade, foram manifestados os seguintes discursos:

“Porque terá uma pessoa que vai atrás do coletivo do empreendimento” (Entrevistado Q). “Buscar soluções para o bairro, como saneamento, transporte e cesta básica” (Entrevistado F). “Sim, pois as lâmpadas dos postes estão queimadas não foram trocadas pela secretaria de infra-estrutura” (Entrevistado K). “Sim, para pedir pro prefeito limpar as ruas” (Entrevistado S). “Sim, para ir atrás da habitação pra desocupar essas casas invadidas” (Entrevistado B).

6.5 Tarifa Social e Educação Sanitária/Ambiental

Por último, foi questionado aos beneficiários se os mesmos já haviam participado de alguma palestra sobre tarifa social, educação sanitária e ambiental. Foram obtidas as seguintes informações: 70% afirmaram que teve palestra sobre tarifa social e 30% disseram que não foi ministrada a palestra, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Palestra Sobre Tarifa Social

Fonte: Dados da Pesquisa

Quando perguntado aos beneficiários o que foi discutido nessa palestra, obtivemos as seguintes repostas:

“Foi discutido sobre o valor da parcela da casa, e que tenho que pagar somente uma por mês” (Entrevistado R). “Como usar o chuveiro elétrico” (Entrevistado H). “Que tenho que me dirigir ao banco da caixa todo mês pra fazer a retirada da parcela da casa (Entrevistado P). “Como colocar minha energia no baixa renda” (Entrevistado F).

Entretanto, com relação a palestras sobre educação sanitária e ambiental, foi constatado, por unanimidade, que nunca foi ministrada nenhuma palestra sobre este assunto. Convém ressaltar, que de acordo com a Portaria nº 21 de 2014, que diz respeito ao Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações, essas palestras de educação sanitária e ambiental têm por objetivo sensibilizar os beneficiários sobre o conceito de saneamento básico e ambiental para a preservação e conservação do meio ambiente, de forma que podem estimular a comunidade adquirir bons hábitos e também prevenir doenças relacionadas ao saneamento básico.

7. Considerações Finais

Considerando o objetivo proposto por esta pesquisa, de verificar se os moradores do Conjunto Habitacional do setor Costa Esmeralda I, II, III e IV, do município de Araguaína, foram beneficiados com as ações sociais da Portaria nº 21 de 2014, que diz respeito ao Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Programa Minha Casa Minha Vida, verificou-se que não foram realizadas atividades sociais e de formação profissional para a geração de trabalho e renda.

Essas ações deveriam ser desenvolvidas com os moradores dessas Unidades Habitacionais e com o objetivo de promover a participação da comunidade durante todo o período de execução das atividades, desenvolvendo o potencial comunitário para a formação de todos os beneficiários, fomentando grupos representativos de busca pela garantia de seus direitos e propiciando formações para sua vida profissional.

Essas ações de trabalho social, se realizadas, exerceriam funções importantes dentro do empreendimento no que se refere aos impactos econômicos e sociais dos moradores. A pesquisa de campo mostrou que os moradores consideram muito importante que se tenha atividades no empreendimento pois elas poderiam conscientizar sobre a habitabilidade dentro do empreendimento e, mais que isso, gerar trabalho e renda para os beneficiários do PMCMV. Esse conjunto de fatores reforça a compreensão sobre o trabalho social, com objetivo primordial na melhoria da qualidade de vida social e profissional dos beneficiários desse empreendimento.

De maneira que a presente pesquisa não teve o propósito de fazer nenhuma generalização quanto à não execução dessas atividades, portanto acredita-se que novas pesquisas possam ser realizadas com intuito de ampliar os estudos sobre atividades dentro dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Portanto não se fez nenhuma generalização por se tratar de um caso específico.

8. Referências Bibliográficas

BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. 2014. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/>> Acesso em: 28 mai. 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselho das Cidades**. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> Acesso: em 13 mai. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Artigo 6.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP> Alínea, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm.> Acesso em: 24 mai. 2016.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). Desafios da pesquisa. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005

Gaskell, G. (2002). **Entrevistas individuais e grupais**. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Construindo Sonhos. Contrato nº: 0362.739-62. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda I. Contrato nº: 340.625-47. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda II. Contrato nº: 340.626-41. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda III. Contrato nº: 340627-5622010. 2010.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Costa Esmeralda IV. Contrato nº: 340.629-74. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Vila Azul I. Contrato nº: 292173-40. 2009.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Vila Azul II. Contrato nº: 319949-002010. 2010.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul I. Contrato nº: 04114691-10. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul III. Contrato nº: 0398297-89. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Araguaína da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Lago Azul IV. Contrato nº: 0397979-10. 2015.

IBGE. **Tocantins – Araguaína**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170210>> Acesso em: 28 mai. 2016.

MAGALHÃES. I. Secretaria Nacional de Habitação. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Setembro, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio. 2016.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria de nº 168, de 12 de abril de 2013**.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 21, de janeiro de 2014, **Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**.

MORAIS. I. A. Araguaína (TO): enquanto cidade média no contexto regional. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17339/1/2014_ItamarAraujoMorais.pdf> Acesso em 28 mai. 2016.